

V.21 nº45 (2025)

REVISTA DA

AN PE GE

ISSN 1679-768X

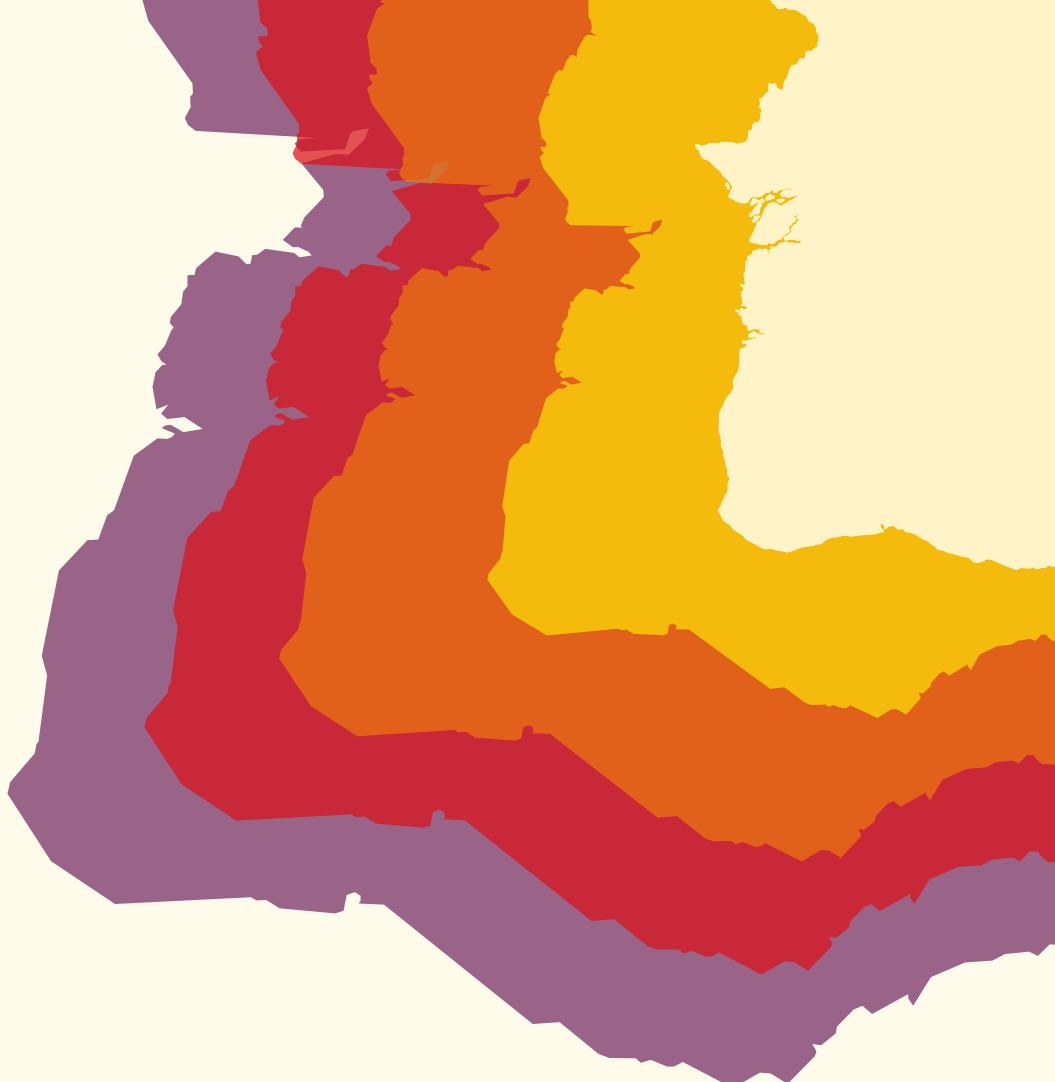
a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA

AN PE GE



Espaço e materialidade: lições de Marx

Space and materiality: lessons from Marx

Espacio y materialidad: lecciones de Marx

DOI: 10.5418/ra2025.v21i45.14588

PEDRO PAULO DE LAVOR

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ANA ROCHA DOS SANTOS

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

V.21 n°45 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: O objetivo deste artigo é contribuir para uma crítica filosófica sobre a relação ou a oposição entre a materialidade e a imaterialidade, questão corrente nos estudos geográficos. Assim, utilizamos da própria fundamentação marxiana para fazer uma crítica sobre as abordagens relacionais de materialidade e imaterialidade e de objetividade e subjetividade, fundamental para revelar o conteúdo das relações sociais de produção e reprodução da existência humana. A exposição da pesquisa foi estabelecida em três etapas. Primeiro, desenvolveu-se uma explicação sobre a matéria e a materialidade dialética. Em seguida refletiu-se sobre a necessidade de desmascarar as coisas e identificar o movimento real nos objetos. E, por fim, ressaltou-se a presença da subjetividade na materialidade, de modo relacional, mas com a qualidade de não se pautar no que não existe, no que não é real, e sim dando reverberação ao que está presente e em movimento na produção da vida de pessoas reais.

Palavras-chave: crítica ontológica; matéria; materialismo; abordagem relacional.

ABSTRACT: The purpose of this article is to contribute to a philosophical critique on the relationship or opposition between materiality and nonmateriality, a topical topic in geographic studies. Thus, we use the Marxian foundation itself to make a critique about the relational approaches of materiality and immateriality and of objectivity and subjectivity, fundamental to reveal the content of the social relations of production and reproduction of human existence. The research exhibition was established in three stages. First, an explanation of matter and dialectical materiality was developed. Then he reflected on the need to unmask things and identify the real movement in the objects. And, finally, the presence of subjectivity in materiality was highlighted, in a relational way, but with the quality of not being guided by what doesn't exist, what isn't real, but giving reverberation to what is present and in motion in the production of the lives of real people.

Keywords: ontological criticism; matter; materialism; relational approach.

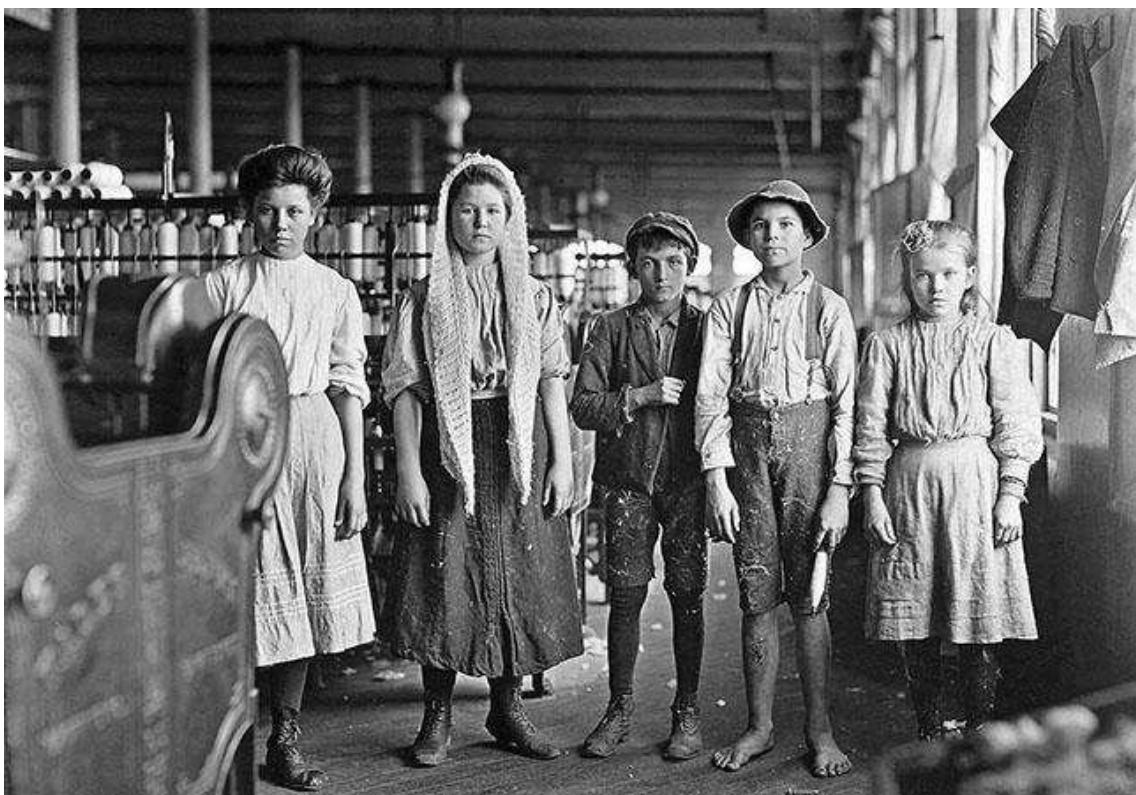
RESUMEN: El objetivo de este artículo es contribuir a una crítica filosófica sobre la relación u oposición entre materialidad e inmaterialidad, tema de



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

actualidad en los estudios geográficos. Así, utilizamos la propia base marxiana para hacer una crítica sobre los enfoques relacionales de materialidad e inmaterialidad y de objetividad y subjetividad, fundamentales para revelar el contenido de las relaciones sociales de producción y reproducción de la existencia humana. La exposición de investigación se estableció en tres etapas. Primero, se desarrolló una explicación de la materia y la materialidad dialéctica. Luego reflexionó sobre la necesidad de desenmascarar las cosas e identificar el movimiento real en los objetos. Y, finalmente, se destacó la presencia de la subjetividad en la materialidad, de manera relacional, pero con la cualidad de no dejarse guiar por lo que no existe, lo que no es real, sino dando reverberación a lo presente y en movimiento en la producción de vidas de personas reales.

Palabras-clave: crítica ontológica; materia; materialismo; enfoque relacional.



Dedicamos este artigo às crianças fiadoras e trocadoras de bobinas na Lancaster Cotton Mills, Carolina do Sul.

Foto de Lewis Hine, 1908^l.

^l Licença: Este trabalho está em domínio público nos Estados Unidos. Este arquivo foi identificado como livre de restrições conhecidas sob a lei de direitos autorais, incluindo todos os direitos relacionados e conexos. <https://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/deed.en> Fonte: <https://catalog.archives.gov/id/523121>

INTRODUÇÃO

Trabalhos acadêmicos na Geografia, e, em especial, nos estudos sobre território, têm assumido uma defesa da distinção entre um espaço/território material e um outro espaço/território imaterial, ou ainda mais, na defesa da “abordagem relacional” de um espaço/território/dimensão “(i)material”, quando identifica-se que a materialidade e a imaterialidade estão intrinsecamente unidas. Dentre tais trabalhos acadêmicos ressaltam-se os estudos realizados por Bernardo Mançano Fernandes, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert², tanto pela quantidade de pesquisas que os utilizam como fundamentação teórica básica, quanto pela proximidade na abordagem filosófica que ambos apresentam, situadas na conceituação/problematização do território, seguindo a mesma linha de pensamento, com ênfase no desenvolvimento territorial, conjugando processos concreto-funcionais e simbólico-identitários. Dedicamos a escrever este artigo com o objetivo de ser um aporte filosófico para uma crítica sobre o conceito de materialidade na Geografia e nos estudos liberais sobre território. Destaca-se que a referência à imaterialidade não aparece somente nos estudos fenomênicos ou pós-modernos, com um maior aporte ao simbólico como construção de paisagens, territórios e lugares, mas também nos estudos [autointitulados] marxistas ou materialistas dialéticos (quando se pretende assumir a presença da consciência na produção das relações espaciais).

Um dos geógrafos mais referenciados no Brasil na abordagem relacional do espaço e do território (usado como uma das principais referências de fundamentação dos pesquisadores acima citados) é Claude Raffestin, que desde a década de 1980 tornou-se ainda mais (re)conhecido depois da publicação de seu livro *Por uma geografia do poder*, impresso em língua portuguesa, no ano de 1993. Nele argumenta que

A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço [...]. A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem. A matéria não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades. “Possibilidades” dentre as quais apenas algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel de filtro seletor. O caso-limite, que não é o mais raro, é o da criação, a partir de elementos, de matérias que não existem tal como são na natureza. Essas matérias podem ter uma utilidade imediata ou permanecer como curiosidades (RAFFESTIN, 1993, p. 223).

Para Raffestin, o território é produzido a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”

² A coletânea *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (Saquet; Sposito, 2015) é um exemplo salutar, afinal, ambos os citados apresentam textos que identificam um espaço/território/dimensão “(i)material”.

(RAFFESTIN, 1993, p. 143). O espaço é entendido como o substrato, a matéria (kantiana), o predicado do mundo sensível. O território é a ação, a produção, o resultado, o novo produto produzido. O território compõe a relação: uma relação entre sua parte material com a outra imaterial. Imaterial como processamento de semantização e simbolização. Imatéria: ideia, abstração, percepção, subjetividade. Matéria: natureza (física e humana), substância, concretude, tangibilidade, objetividade.

Na busca do diálogo e na defesa de que não existe uma imaterialidade, assim como não existe a (i)materialidade, dividimos este artigo primeiro na explicação da matéria e da materialidade dialética, depois na tentativa de desmascarar as coisas e identificar o movimento real nos objetos, e, por fim, ressaltar a presença da subjetividade na materialidade, de modo dialético, mas com a qualidade de não se pautar no que não existe, no que não é real, e sim dando reverberação ao que está presente e em movimento na produção da vida de pessoas reais. Este artigo utilizou o método materialista dialético para o desenvolvimento do exame e exposição da pesquisa científica, destacando a necessidade de uma exposição mais dialógica, trazendo para a crítica um número mais elevado de fundamentações dos autores lidos.

Matéria enquanto o real

Na elucidação em explicar o seu método de pesquisa, no ano de 1873, ao escrever o posfácio da segunda edição do primeiro livro d’O Capital, Marx ratificou que “a investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 2013, p. 90, grifo do autor). Em seu modo de investigação, o ponto de partida não é a ideia que temos da realidade, mas unicamente a própria crua realidade que se efetiva independente e que determina a consciência e intenção humana.

Esse direcionamento na organização do pensamento investigativo marxiano foi sendo produzido por décadas de estudo e pesquisa, realizados por acertos de contas com a filosofia alemã, hegeliana e neo-hegeliana, a economia-política liberal, o socialismo utópico e a história positivista. A biografia da juventude de Marx se confunde com a passagem do seu pensamento do idealismo para a concepção materialista da história. Dos seus primeiros escritos, os dois artigos publicados nos Anais Franco-Alemães, em fevereiro de 1844, sob os títulos *Sobre a Questão Judaica* e *Critica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução* representaram a negação ao idealismo e o reconhecimento da necessidade do pensamento materialista para estudo e transformação do real. Tais escritos junto com a publicação de dois artigos de Friedrich Engels, *Esboço para uma Crítica da Economia Nacional* e *A Situação em Inglaterra: ‘O Passado e o Presente’, de Thomas Carlyle*, evidenciaram a abertura filosófica para a elaboração do materialismo dialético e da teoria revolucionária do comunismo científico.

Com as publicações nos Anais Franco-Alemães, no ano de 1844, Marx avançou seu pensamento filosófico na tese da emancipação humana em superação à emancipação política, defendendo a emancipação humana enquanto a libertação humana das degenerações da sociedade civil (burguesia) e o aniquilamento das desigualdades, das opressões e da exploração de classe, para além da liberdade política alcançada pelo Estado (burguês). Porém, a tese mais importante defendida nestes trabalhos filosóficos foi o germe da concepção materialista da história, mais detalhadamente explicitada n'A *Ideologia Alemã, crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*.

Ao contrário da posição materialista de Feuerbach, para Marx e Engels,

os pressupostos que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições de vida, tanto por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. (...)

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. (...)

(...) Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, imediatamente, sua própria vida material.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Marx e Engels criticaram a contemplação de Feuerbach em “não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente (...), mas produto (...) da sociedade (...), que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, (...) modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30). Para a teoria materialista de Feuerbach, os objetos são dados pelo intercâmbio das necessidades vitais através das atividades concretas fisicamente, seja a indústria, seja o comércio, dadas através da relação de objetos sensíveis, o homem e a natureza. “A concepção feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz ‘o homem’ em vez de os ‘homens históricos reais’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 30).

Para Feuerbach, materialismo e história se divergem completamente. E é sob esforço de realizarem a crítica a esse posicionamento, que Marx escreve onze teses sobre Feuerbach, e que já inicia com a seguinte tese:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer

objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenstandliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n'A *essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da palavra “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533, grifos dos autores).

Ainda para Feuerbach, a matéria, o real, é o que está no campo do presente, sensível, palpável, visível, audível. A realidade, para Feuerbach, não é processualmente uma produção histórica, assim como começou a ser entendida filosoficamente por Marx e Engels na concepção materialista da história, mas naquilo que teoricamente ficou acertado como tal num determinado momento. Um objeto qualquer, por exemplo, para Feuerbach é um simples objeto dado naquele momento. Para Marx e Engels é um produto da atividade prática, um produto da história, que está em movimento. A matéria, o real, para Marx e Engels, não está somente no campo do sensível, mas sim no campo da prática, compreendendo o sensível como uma atividade prática.

Novamente reiteramos o pressuposto materialista supracitado: para fazer história, os homens têm que estar em condições de viver, mas para viver precisam de comida, bebida, moradia, vestimenta, lazer, afetividades, sexo e diversas coisas mais. “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Só que a satisfação de nossas necessidades básicas não exime a produção de novas necessidades, são mutáveis e estão em constante processo de (re)criação. A materialidade contém todo esse arranjo da produção real da existência humana.

Há quem entenda a matéria, assim igual a Feuerbach, como um objeto isolado da história, sem produção histórica. E por acreditar assim, fazem a crítica a Marx e Engels partindo do entendimento que ambos se fundamentavam numa materialidade concreta-sensorial (feuerbachiana), que para ser real contivesse somente propriedades físicas, químicas ou biológicas para tal, e não necessariamente numa materialidade concreta-histórica, fundada nas atividades prático-humanas (p.ex.: HAESBAERT, 1990, p. 67; 2016, p. 41-42³). A concepção do movimento social, do movimento

³ Quando Haesbaert (1990, 2016) apresenta as leituras do “binômio materialismo-idealismo”, o autor identifica o conceito de matéria como oposição ou relação ao conceito de ideia. E são nesses momentos que se pode aferir que ao usar o conceito de matéria, tal autor o traduz como “coisa” ou objeto. Mesmo no objetivo de superar os engessamentos da dicotomia material/ideal, Haesbaert separa (tentando relacionar) “a dimensão espacial material das relações sociais” do “conjunto de representações sobre o espaço”. Por exemplo, ao tentar encarar o território como “uma realidade existente”, o autor induz que é comum a definição de seu conceito ser “veiculadas por aqueles que priorizam seu caráter de realidade físico-material ou realidade ‘ideal’, no sentido do mundo das ideias”, sendo a vertente predominante “aquela que vê o território numa perspectiva materialista” (Haesbaert, 2016, p. 42). Afinal, “isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra” (Haesbaert, 2016, p. 42). Mesmo quando o autor aborda o território nas perspectivas idealistas, induz nas suas defesas que “não são as características físicas do território que ‘determinam’ a criação de significados, sua ‘semantização’” (Haesbaert, 2016, p. 70).

real, da materialidade dialética, como um processo histórico, escancara qualquer referência mal lida da materialidade marxiana, falseando que seu entendimento da realidade era somente pautado pelo concreto econômico (financeiro), principalmente devido a sua obra *O Capital*.

O desenvolvimento da investigação marxiana esteve pautado em expor o movimento real, não partindo de uma crítica da economia isolada da política, nem a política e a história fragmentadas, mas sim a identificação e exposição da realidade, tal como ela é, como tem sido apresentada, e como ela tende a ser. Para que o corpo investigativo tivesse condição de dar conta da seriedade da pesquisa realizada por Marx, ele teve que partir do pressuposto primeiro já identificado acima na crítica à Feuerbach: “toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, imediatamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Esta é a categoria analítica principal de Marx, a produção da existência da vida humana.

Se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno foi alcançado na crítica à economia política, primeiramente nos escritos dos *Grundrisse* e depois publicado, de forma metodologicamente qualificada, em sua obra *O Capital*. Para Marx, os estudos da produção e reprodução da vida, os estudos econômicos eram necessários para entender como “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 49). O conjunto dessas relações de produção e reprodução da vida é o que Marx vai identificar no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em 1859, como a estrutura econômica da sociedade, mas ele complementa com a acepção do que seria essa estrutura econômica da sociedade: “a base real” que sobre ela se “eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 49).

Boa parte da crítica pós-estruturalista à Marx e ao marxismo do século XX, por exemplo, se aporta justamente dessa afirmação: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 49). Ainda tomando como exemplo, para muitos pós-estruturalistas é incabível pensar que tão-somente os atos de comer, beber, habitar, se vestir, ter lazer, afetividades, fazer sexo e diversas coisas mais que estão no campo da produção e reprodução da vida material (da realidade social), sejam condicionantes ao processo da vida social, política, intelectual, até mesmo espiritual (vide o quadro esquemático proposto por HAESBAERT, 1990, p. 72⁴). Até certo ponto, marxistas que não tem/tinham leituras aprofundadas do próprio Marx, apoiados

⁴ Neste quadro Haesbaert (1990) apresenta um esquema em que para o materialista, a “realidade objetiva” se reduz à dimensão material (visão mecanicista) ou admite o “ideal” como determinado por ela (visão dialética). O idealista objetivo vê a realidade como existente fora da consciência, mas determinada por ela. Já o racionalista

por formações acadêmicas ligadas ao “marxismo de manual” (muitos vinculados a partidos comunistas e operários), abordam/abordavam a materialidade muito mais como o concreto-sensorial, físico, do que como a realidade do movimento da vida, história (p.ex.: FERNANDES, 2005, p. 26-28⁵). Até mesmo o conceito de tempo, era analisado por essa parcela de marxistas por suas positivas cronologias métricas, início, meio e fim.

Em sua crítica à filosofia reacionária dos empirocríticos, Lênin (1909, s/n) sabiamente advertiu que “a noção de matéria não significa, como já dissemos, em gnoseologia, senão o seguinte: a realidade objetiva existe independentemente da consciência humana que a reflete”. A crítica leniniana aos neokantistas empirocríticos foi uma das maiores críticas ao agnosticismo e ao idealismo no seio dos debates ontognoseológicos prévios à Revolução de 1917, pontuando as dissensões internas ocorridas no Partido Bolchevique, e reforçando o materialismo dialético como método filosófico-organizativo para a revolução. Mas, com toda assertividade na crítica à primazia das sensações e experiências frente à matéria, à realidade histórico-concreta, na mesma obra crítica, Lênin (1909) defende uma materialidade muito mais concreto-sensorial que histórica, onde afirma, por exemplo, que “negando a imutabilidade das propriedades e dos elementos da matéria conhecidos até então, [os idealistas] deslizaram até a negação da matéria, isto é, da realidade objetiva do mundo físico” (LÊNIN, 1909, s/n). E ainda concluiu que “a noção de matéria não exprime senão a realidade objetiva que nos é dada na sensação” (LÊNIN, 1909, s/n).

Precisamos aludir que, ao desenvolver a fundamentação crítica da obra *Materialismo e Empirocriticismo - Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária*, publicada em 1909, Lênin não teve acesso à leitura dos escritos marxianos e engelsianos d'*A Ideologia Alemã*. As únicas leituras marxianas e engelsianas (materialistas dialéticas) de Lênin naquele momento, para crítica aos empirocríticos foram *O Capital (1º vol.)*, *Teses sobre Feuerbach* (publicadas em apêndice à obra de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*), ambos de Marx, além dos textos de Engels *Sobre o materialismo histórico* (publicado na Revista Neue Zeit) e o conhecido livro *Anti-Dühring*⁶. Consequentemente, Lênin não teve acesso a todo um arsenal investigativo de conceitos como ideologia e matéria (enquanto realidade objetiva histórica) pensados por Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*, por exemplo, só foi primeiramente publicada em 1932, na União Soviética.

(objetivo) defende que só se comprehende a realidade por uma ótica geral (teorias, leis), enquanto o empirista objetivo acredita no conhecimento por meio de leituras particulares, sem atingir generalizações.

⁵ Para Fernandes (2005), ao analisar a materialidade do espaço e território, afirma que “os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial” (Fernandes, 2005, p. 28). Nessa posição, “é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social” (Fernandes, 2005, p. 27).

⁶ A lista de obras e periódicos citados no livro *Materialismo e Empirocriticismo* encontra-se neste link: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/obras.htm>

Entretanto, ou por tradição aos autores da Internacional Comunista ou pela continuidade de falta de leitura nos escritos marxianos e engelsianos, o entendimento continuou sendo reforçado em acreditar “que a *matéria*, a *natureza*, o *ser*, são uma realidade objetiva” (STÁLIN, 2019, artigo publicado em 1938). Para isso, considera-se a crítica dos pós-estruturalistas ao materialismo simplesmente concreto-físico, mas o seu equívoco foi descartar todo o esforço crítico-reflexivo materialista dialético e não aceitar que a base real histórica, a produção da vida material, tem sido fundamento primário e principal do processo de produção da sociedade, política e consciência (ver SPIVAK, 2014, p. 26-27).

Outro importante grupo de críticas elaboradas por estudiosos do espaço (incluindo os geógrafos) à materialidade dialética tem por pressuposto que nos estudos marxistas e nas próprias obras de Marx foi excluído o espaço como uma importante categoria para a análise da materialidade, tendo sido reivindicada muito mais a História do que a Geografia. Dentre este grupo, ressaltam-se as críticas do geógrafo Edward W. Soja (1993) por um materialismo histórico e geográfico. Na crítica da subordinação do espaço na teoria social marxista, Soja ressalta que

A geografia desse processo, nas poucas vezes em que chegava a ser vista, era reconhecida como um cerceamento externo ou como um resultado quase acidental. A história era o motivo continente variável; a geografia, como dissera Marx anteriormente, era pouco mais do que uma “complicação desnecessária”. (...) O argumento principal que pretendo estabelecer, nesta descrição reconhecidamente genérica e abreviada, da modernização e do modernismo, é não apenas que a espacialidade ficou subordinada na teoria social crítica, mas que a instrumentalidade do espaço foi cada vez mais perdida de vista no discurso político e prático (SOJA, 1993, p. 43, 45)

Apesar de que, ao analisar a concepção materialista da história, Marx não estava preocupado nas amarras epistemológicas disciplinares dos estudos sociais entre a Geografia e a História, mas estava certo em expor os pressupostos ontológicos, com um saber fundamentado na matéria, no real, isto é, na história, enquanto produção e reprodução do espaço (da própria materialidade) e do tempo (do movimento dessa materialidade). Espaço e tempo sociais estão dialeticamente compreendidos na história. Apesar dos limites da crítica a Marx, por não ter se aprofundado no estudo rigoroso do espaço ou da Geografia, a fundamentação da análise do espaço em Soja (1993) tem seu grande valor na crítica aos trabalhos acadêmicos na Geografia, seja marxista, fenomenológica, pós-estruturalista ou mesmo pós-moderna.

Assim como Soja escreve na reafirmação do espaço na teoria social crítica, a teoria marxiana também vai concordar que

Escondido na modernidade que se ia moldando, estava um profundo “arranjo espacial”. Em todas as escalas da vida, da global à local, a organização espacial da sociedade foi sendo reestruturada para fazer frente às exigências urgentes do capitalismo em crise - para abrir novas oportunidades de lucros extraordinários, descobrir novas maneiras de manter o controle social e estimular a produção e consumo crescentes (SOJA, 1993, p. 45)

Assim, temos total concordância que “a espacialidade existe, ontologicamente, como um produto de um processo de transformação, mas continua sempre aberta a transformações adicionais nos contextos da vida material. Nunca é primordialmente dada ou permanentemente fixa” (SOJA, 1993, p. 149). Para Soja, o tempo e o espaço ainda têm sido “representados como uma relação natural entre as coisas, objetivamente explicáveis em termos das propriedades e atributos físicos substantivos dessas coisas em si” (SOJA, 1993, p. 152). Mas também observa que além de uma miopia ter distorcido uma teorização espacial, se concentrando nas aparências superficiais imediatas, físicas, sensoriais, sem conseguir

enxergar a produção social do espaço por trás das aparências objetivas, a ilusão hipermétrope da transparência enxerga através da espacialidade concreta da vida social, projetando sua produção num campo intuitivo de idealismo deliberado e pensamento reflexivo imaterial. [...] A espacialidade é reduzida unicamente a um constructo mental, a um modo de pensar, a um processo ideativo em que a “imagem” da realidade ganha precedência epistemológica sobre a substância e a aparência tangíveis do mundo real (SOJA, 1993, p. 152-153).

Tanto a miopia (em não querer ver o que está para além do objeto ou da coisa, do sensorial, do físico), quanto a hipermetropia (na dificuldade de ver o real posto, buscando encontrar o que está, até mesmo, fora da realidade, na chamada “imaterialidade”), ambas são erros crassos que ainda acompanham a História da Geografia no Brasil, mesmo com toda tentativa em renovar epistemologicamente a ciência com a busca de uma Geografia crítica, seja ela marxista, pós-estruturalista, fenomenológica ou pós-moderna. Nos estudos geográficos, há a dificuldade de entender a espacialidade, como produto/produção social, sendo dialeticamente o pressuposto e a encarnação da ação e das relações sociais (CARLOS, 2002), assim como é necessário reconhecer que “a vida social é materialmente constituída em sua geografia histórica, de que as estruturas e as relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais (...). A constituição da sociedade é espacial e temporal” (SOJA, 1993, p. 156).

Retirar as máscaras das coisas

A simples análise das coisas em si esconde a realidade através da aparência do visível e do físico. O que as “coisas” falam são simplesmente aquilo de que elas foram propositadas a dizer à sua maneira. “Sua linguagem de coisas, como toda a linguagem, serve para mentir tanto quanto dizer a verdade. A coisa mente. (...) O objeto esconde algo de muito importante, e o esconde tão bem que nós não podemos prescindir dele” (LEFEBVRE, 2013, p. 137). Vale indagar: o que a coisa esconde, senão o trabalho e quem a produziu?

Na busca de responder esse questionamento, retomamos dois períodos do capitalismo. O primeiro período, mais recente, início do século XXI, tomamos três testemunhos da história presente. O segundo, mais outrora, meados do século XIX, tomamos mais três testemunhos observados numa análise conjuntural como fundamento a uma abordagem do pensamento filosófico e científico marxiano e engelsiano.

Em 2011, o Bloomberg News, um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro, denunciou a exploração do trabalho em Burkina Faso, país na África Ocidental, onde o trabalho infantil é endêmico e o pagamento de vantagens pelo algodão orgânico e de “comércio justo” criou novos incentivos para a exploração do trabalho⁷. Esse programa de comércio justo atraiu agricultores que afirmavam que não podiam cultivar a quantidade de algodão necessário sem forçar crianças a trabalhar. Destaca-se que a Victoria's Secret, multinacional de lingerie e produtos de beleza, se tornou a única compradora deste programa de comércio justo em Burkina Faso, e estima-se que os ganhos dessa multinacional, entre 2009 e 2010, estiveram entre 6,35 a 7,05 bilhões de dólares.⁸

Cinco anos depois, em 2016, a Apple, Samsung e Sony, empresas multinacionais de produtos eletrônicos, software de computador e computadores pessoais, foram acusadas de terem usado de exploração de trabalho infantil nas minas do Congo. O relatório *É por isso que morremos*, feito pela Anistia Internacional⁹, revelou que a extração do cobalto, elemento usado para alimentar as baterias dos smartphones e de outros dispositivos móveis, estava sendo feita por crianças com menos de dez anos de idade. Usando ferramentas manuais básicas, acidentes foram comuns no desenterrar as rochas de túneis subterrâneos. Além disso, apesar dos efeitos de saúde potencialmente fatais da exposição prolongada ao cobalto, os mineiros adultos e crianças trabalhavam sem nenhum equipamento de proteção.

No ano de 2018, devido à insana política de austeridade contra a imigração nos Estados Unidos, o primeiro governo de Donald Trump enjaulou crianças e bebês, separadas dos seus pais e mães, como forma de um áspero bloqueio na entrada de imigrantes e refugiados no país. De acordo com a Associated Press, entre 19 de abril e 31 de maio de 2018, 1.995 crianças foram separadas de

⁷ Ver <https://www.bloomberg.com/news-media/clarisse-kambire-victorias-secret-child-labor-cotton-picker/>

⁸ Ver <https://exame.abril.com.br/negocios/victorias-secret-ve-com-cautela-expansao-no-exterior/>

⁹ Ver <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>

1.940 adultos e ambos postos em diferentes campos de concentração, por estarem sendo acusados de crime por atravessar a fronteira dos Estados Unidos, não podendo ser mantidos com seus filhos. A intolerante política de Trump, junto a todo tratamento dado aos imigrantes nos Estados Unidos, consumando legalmente o abuso, a tortura e a exploração infantil, evidenciaram o apodrecimento da ideologia da democracia burguesa e o cenário atual das crises humanitárias em todo o mundo¹⁰.

Apesar de serem recortes da recente conjuntura política mundial, estes testemunhos da segunda década do século XXI poderiam muito bem ser relacionados com episódios da metade do século XX, onde o nazi-fascismo ou mesmo as falsas democracias, como a da Alemanha e dos Estados Unidos, exploravam do trabalho infantil ou prendiam civis sem acusações e julgamentos prévios, e estes eram forçados a ficar em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Mas também podemos relacionar aos estudos conjunturais da Inglaterra nos meados do século XIX, elaborados por Friedrich Engels, com fortes correspondências ao recente período supracitado.

Às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha, Engels dedicou seus estudos, publicados no ano de 1845, com uma rigorosa análise concreta da feroz produção do modo capitalista, conhecendo cientificamente os fundamentos da sua reprodução e circulação. Quando Engels escreveu o livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de forma direta e com fontes autênticas (seja dos jornais da época, dos documentos oficiais, ou mesmo dos testemunhos diretos dos próprios operários ingleses), foi capaz de desmascarar a sociedade capitalista, compreendendo-a com profundidade e apresentando com nitidez as necessidades e aspirações da classe trabalhadora. Dentre as dezenas de investigações e relatórios apresentados, destacamos três testemunhos que nos serve de elemento para uma análise conjuntural da situação da classe trabalhadora na Inglaterra da década de 1840.

Em outubro de 1843, o jornal *The Times* divulgou que um grande número de operárias recém-chegadas em Londres dormia nas ruas e praças, devido à falta de moradia. Em sua maioria, eram jovens mulheres vindas do campo, que se tornavam vítimas de exploração sexual. Contradicitoriamente, cita o jornal, todo esse contingente de miséria convivia junto à riqueza da aristocracia inglesa. “A riqueza que, de altos salões luxuosos, gargalha indiferente diante das obscuras feridas da indigência! A alegria que inconsciente, mas cruelmente, zomba do sofrimento que gema ali embaixo! Todos os contrastes em luta” (*The Times*, 12 de outubro de 1843, *apud* ENGELS, 2010, p. 75).

Em 1844, foi divulgado um relatório da Comissão de Inquérito sobre a situação das grandes cidades e distritos populosos na Inglaterra. Analogamente aos dados apresentados nos relatórios parlamentares da época, neste relatório divulgou-se que a duração média de vida da população de Liverpool em 1840, por exemplo, era de 35 anos para os da classe alta (pequena nobreza, aristocracia,

¹⁰Ver

https://news.vice.com/en_us/article/a3a8wa/2000-kids-were-separated-from-their-parents-at-the-border-in-just-6-weeks

Ver <https://www.nytimes.com/2018/04/20/us/immigrant-children-separation-ice.html>

profissionais autônomos etc.), de 22 anos para negociantes e artesãos abastados, e de apenas 15 anos para os da classe operária e empregados domésticos. Neste mesmo relatório foi divulgado que em Manchester mais de 57% dos filhos dos operários morriam antes de completar 5 anos, mais que o dobro do que os filhos dos camponeses da mesma época, tendo como principal razão as péssimas condições sanitárias de moradia, o abandono familiar devido a dedicação ao tempo de trabalho dos pais, a falta de alimentação básica e ao emprego de narcóticos como calmantes e soníferos (ENGELS, 2010).

No mesmo ano de 1844, foi divulgado pelos jornais *Liverpool Mercury* e *Manchester Guardian* (atual *The Guardian*), que nas fábricas em que se modernizava a maquinaria da produção, crescia o número de mulheres e crianças na realização dos trabalhos. No tear mecânico, trabalhavam principalmente mulheres de quinze a vinte anos, nas máquinas que preparavam o fio para a tecelagem, somente trabalhavam jovens mulheres, e de resto, as fábricas empregavam crianças para tirar e repor bobinas e nas atividades que precisavam de trabalho mais delicado, como os de fiação de seda, que empregavam crianças de cinco a seis anos de idade. Ambas, jovens mulheres e crianças, tinham jornadas de trabalho que ultrapassavam as 13 horas diárias (ENGELS, 2010).

Demonstrando que estes testemunhos apresentados não estavam recortados da totalidade, tais problemas não se diferenciavam do processo de compra e venda da força de trabalho em Paris, por exemplo, na mesma época, onde “o acirramento cada vez maior da competição na indústria parisiense, em especial com respeito aos custos de mão de obra, tornou a admissão de mulheres por salários inferiores não apenas atrativa, mas imperativa em alguns setores” (HARVEY, 2015, p. 245).

A média salarial das mulheres, que já era baixa, ficava ainda menor nos subúrbios. Sua entrada no mercado de trabalho não só puxava as taxas salariais para baixo, como podia ser usada para confrontar o poder dos trabalhadores artesãos em determinados ofícios. O uso de mulheres para interromper uma das primeiras greves (ilegais) importantes na indústria tipográfica, em 1862, causou um profundo impacto tanto nos empregadores quanto nos trabalhadores. E, embora os homens, em parte por consequência disso, geralmente fossem contra a admissão de mulheres, eles se viram cada vez mais obrigados a reconhecer na década de 1860 que seus salários eram insuficientes para sustentar uma família (HARVEY, 2015, p. 245-246).

Apesar das difíceis informações relatadas, Engels também foi capaz de apresentar os proletários que não somente sofriam com a forte exploração do trabalho, como citados nos testemunhos acima, mas que também lutavam para conquistar o seu direito de uma existência humana digna, sendo sujeitos possibilitadores, até mesmo, de uma revolução social para uma transformação da realidade. A grandeza do referido livro de Engels está na extraordinária forma materialista de apresentar seus estudos sociais.

Ao analisar as condições da vida e de trabalho do proletariado, ao relacionar o campo e a cidade, ao expor as contradições, a luta de classes e o domínio da propriedade privada da terra e dos meios de produção, Engels, mesmo de forma tímida para o que no futuro seria construído teoricamente, conseguiu conceber a materialidade da história, compreendendo que “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais (...) porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41). Engels posteriormente complementa que “o conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias pró e contra” (ENGELS, 2010, p. 41).

É comum analisarmos a matéria somente enquanto uma coisa ou um objeto (físico, palpável, mensurável), e não desmascaramos as coisas para observar que na matéria há movimento. Esse movimento do real é a história, porque não estamos falando de qualquer movimento, mas da relação social de produção e reprodução dessa coisa e objeto. Quando fazemos a crítica de retirar as máscaras das coisas e dos objetos é justamente tentarmos nos aproximar do método de análise que Engels realizou ao apresentar pela primeira vez o que estava sendo a “Revolução Industrial” na Inglaterra dos anos de 1840. Não simplesmente realizando a síntese explicativa do processo de mecanização do sistema de produção ou do avanço científico da fonte de energia mineral e elétrica, mas apresentar, como, por exemplo, no caso de Engels, esse processo de mecanização da maquinaria e do avanço energético compuseram determinantes para a transformação de seres humanos em meras máquinas de fabricação de mais-valor.

O mesmo desenvolvimento metodológico poderíamos utilizar com os testemunhos históricos do nosso tempo presente, acima supracitados, ou em outras análises que se fazem necessárias os desmascaramentos das coisas. Estudos e pesquisas nas ciências humanas que não apresentam a materialidade histórica (dialética) estão mais suscetíveis a se compor através de máscaras, mesmo elas sendo as máscaras mais brilhantes e reluzentes, mas que levam a esconder o social o pondo como um coadjuvante, um elemento a mais, um recurso (humano), ou nem mesmo isso, mas só a coisa em si.

Estudar o comércio justo como um programa de agricultura, por exemplo, sem indagar as explorações de trabalho que o envolve, ou pesquisar sobre os processos geoquímicos e geofísicos de extração de minérios sem analisar a apropriação capitalista da terra, do solo e da água, por exemplo, ou até mesmo analisar a migração de contingentes populacionais entre os continentes sem identificar as intenções da mobilidade e expropriação do trabalho como um dos critérios para acumulação do capital é tentar apresentar a coisa ou o objeto como elemento particular, produto de si mesmo. Esconder a história, o trabalho, os trabalhadores, as relações sociais de produção e reprodução da existência humana é mascarar as coisas como elas não são.

Materialidade e subjetividade

Pensar a materialidade do ser, na sua concreção deveniente, implica, num registro determinado, considerar também *materialistamente* o âmbito da “subjetividade”. Não para secundarizar, empalidecer, aniquilar ou “reduzir”, mas para, num marco ontológico de unidade, procurar surpreender como as dimensões, entre outras, da “ideialidade” e da actividade (teórica ou prática) são *ingrediências constitutivas* do próprio processo material de totalidade em devir em que o real historicamente, dialecticamente, consiste, se manifesta, transforma e prolonga (BARATA-MOURA, 1997, p. 11, grifo do autor).

Assim como posto acima por José Barata-Moura, afirmamos que a materialidade não se antonomiza ontologicamente da subjetividade, nem mesmo a concepção materialista dialética negligencia a subjetividade como estando num campo de oposição ao pressuposto da existência da vida humana, sua produção e reprodução. Entretanto, o materialismo dialético, teoricamente elaborado por Marx e Engels, também não corrobora com o argumento que pela subjetividade, nas suas diferentes formas de apresentações e manifestações, seria o patamar fundamental ou a melhor forma de apreensão e entendimento de um determinado problema (social). Lembrando que nunca foi objeto de investigação, dos que reivindicam a primariedade da subjetividade em relação à objetividade, procurar a/uma realidade ou a defesa de uma verdade, ainda mais se a busca for para apreender e entender o movimento real da sociedade. Para estes, o real é relativo e relacional. A realidade somente será existente de forma fragmentada, e desde que seja entendida como uma realidade diferente para cada indivíduo. O real só existe porque ele se relaciona com o que não é real, com o espiritual ou mitológico, por exemplo. Assim também, estes defenderão as existências duais da matéria com a imatéria, a materialidade com a imaterialidade, o campo físico e o campo das ideias (ver FOUCAULT, 2013; e vídeo no YouTube *LATECRE convida: Angelo Serpa*, às 1:01h, 2020).

Esse argumento da primariedade da subjetividade como forma de entendimento (e enfrentamento) a um problema, também compõe o corpo de um debate pós-moderno na crítica à concepção materialista dialética de totalidade, identificando-a como sinônima de total, ou de totalitarismo (p.ex.: HAESBAERT, 1990, p. 90¹¹). A totalidade, assim, é representada de forma depreciativa “como uma oclusão ou silenciamento de possibilidades, mediante a imposição de uma norma já de antemão preparada em que o *uno* devém tendencialmente *único*” (BARATA-MOURA, 1997, p. 33, grifo do autor). A totalidade torna-se, nessa abordagem, um impedimento para a apresentação e manifestação de peculiaridades e particularidades dos indivíduos. Entretanto, pelo contrário, entendemos que a totalidade concebe o movimento da sociedade como um processo

¹¹ “Há um momento em que o todo totaliza tanto que acaba perdendo sua própria identidade (...). Assim, torna-se impossível e mesmo sem sentido impor a uma totalização que se pretende tão ampla, outra que a contraponha, ou que tome o seu ‘lugar’” (HAESBAERT, 1990, p. 90).

histórico, de produção da vida, desde o âmbito mais objetivo e universal à esfera mais subjetiva e individual.

Mais que uma abordagem plural e identitária, pautada na diversidade, nas diferenças ou no que nos faz comum/um, o pensamento pós-moderno tem dado atenção para uma subjetividade com um forte apelo ao desejo individual, anacrônico e inaudito, e com pretensões de aclamar o efêmero e o descontínuo (no movimento da história, se ela ainda existe) (ver HAESBAERT, 2020a; 2020b). E indo mais longe que isso, “o pós-modernismo nada, e até se espoja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse” (HARVEY, 2017, p. 49). Não existe, para o pensamento pós-moderno, uma narrativa ou uma teoria que dê conta de tentar explicar a sociedade nas múltiplas escalas espaciais. Cada narrativa individual e cada teoria particular se conjugam nas múltiplas e diferentes explicações dos problemas postos no presente.

No bojo dessas críticas pós-modernas ao método filosófico e científico do materialismo dialético, além da forte crítica contra o “totalitarismo” da totalidade, ressalta-se a crítica de que os materialistas não dão conta de entender a subjetividade, partindo exclusivamente de um pressuposto material, entendido como elemento físico (ver HAESBAERT, 2017). Quem assim critica a materialidade do materialismo dialético não está afirmando uma coisa completamente falsa, estão certos no que tange que os materialistas partem como primeiro pressuposto de entendimento, a matéria. O que não entendem ou não conseguem diferenciar, ou pior, usam-se de má-fé, é o que já foi explicado antes: para o materialismo dialético, o pressuposto primeiro é a produção material (real) da vida humana. Geralmente estas críticas pós-modernas esquecem que os materialistas não eximem da produção e reprodução da existência humana as subjetividades.

Como já apresentado antes, Marx e Engels combatiam o desvio metódico utilizado na crítica feuerbachiana ao idealismo hegeliano, sendo este desvio, o mesmo que os pós-modernos acusam ao materialismo dialético e não ao materialismo feuerbachiano. Para isso, mais uma vez precisamos voltar à *1ª Tese sobre Feuerbach*, onde Marx vai afirmar que o principal defeito de todo o materialismo existente até aquele momento, incluindo o do colega Feuerbach, é que a realidade (a materialidade) só era apreendida e entendida sob a forma do físico, mas não também subjetivamente, como práxis. Ainda na *6ª Tese sobre Feuerbach*, quando Marx se refere à essência humana como o conjunto das relações sociais, jamais tinha a intenção em dissipar o indivíduo. Bem pelo contrário, Marx estava apenas chamando atenção para a circunstância de que a essência humana não remete para algo abstrato inerente num indivíduo isolado, mas sim, forjada socialmente. Entretanto, mesmo nessa tese, “Marx não nega nem deprecia a individualidade, lançando sobre ela a sombra de um qualquer putativo interdito desqualificador: apenas cura é de mostrar o terreno concreto em que ela própria é individual e *realmente* funciona como tal” (BARATA-MOURA, 1997, p. 58, grifo do autor).

O que muitos idealistas (pós-modernos) não admitem é que a consciência humana em todo seu conjunto psíquico que envolve a subjetividade, a percepção, as sensações e as emoções, “é corpórea — o que não quer dizer que não seja coisa alguma além do corpo. É, sim, um sinal de que o corpo está sempre, em certo sentido, inacabado, em aberto, sempre capaz de mais atividade criativa do que possa estar manifestando agora” (EAGLETON, 2012, p. 81). De forma lúcida e assertiva, Eagleton ainda nos ajuda a entender que

Para Marx, há um elo forte entre nosso raciocínio e nossa vida corpórea. Os sentidos humanos representam uma espécie de linha divisória entre os dois. Para alguns filósofos idealistas, ao contrário, “matéria” é uma coisa e pensamento, ou “espírito”, outra bem diversa. Para Marx, o corpo humano é em si uma refutação de tal divisão, ou, mais precisamente, é o corpo humano em ação que a refuta, pois essa prática é nitidamente uma questão material, embora também seja, inseparavelmente, uma questão de significados, valores, propósitos e intenções. Se ele é “subjetivo”, é igualmente “objetivo”, ou talvez ponha em dúvida toda essa distinção. Alguns pensadores anteriores viam a mente como ativa e os sentidos como passivos. Marx, porém, vê os sentidos humanos, em si, como formas de envolvimento ativo com a realidade. Eles são o resultado de uma longa história de interação com o mundo material. “O cultivo dos cinco sentidos”, escreve ele em Manuscritos Econômicos e Filosóficos, “é o produto de toda a história pregressa” (EAGLETON, 2012, p. 84).

Como Eagleton nos traz, não há como separar a satisfação de nossas necessidades básicas das nossas subjetividades, conceito caro para idealistas (pós-modernos), mas também tão caro para materialistas dialéticos, principalmente para os que têm a psique e a consciência, seus objetos de estudo. Seria um grave erro entendermos a materialidade apartada da subjetividade, da linguagem, da arte, da criatividade, do lazer, do ócio, da sexualidade, da afetividade, do prazer, do desprazer, do amor, do ódio, dos medos, do misticismo, da religiosidade, do ceticismo, das convicções etc. Até porque é o processo de consciência que nos forja materialmente nas atividades práticas (sociais).

Este processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. Como então podemos falar em "processo" como um todo? Acreditamos que a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar nitidamente, uma linha universal quando falamos em consciência de classe. Esta consciência não se contrapõe à consciência individual, mas forma uma unidade, onde as diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe (IASI, 1999, p. 15).

Foi o movimento de produção da consciência (individual e coletiva) que nos fizeram capazes de não aceitar somente a natureza tal como ela se apresentava e como ela supria nossas necessidades de existência, advindas sem a exigência de nossa ação. As nossas subjetividades tiveram um papel

importante na transformação da natureza e produção do espaço para a produção e reprodução humana, não num momento específico, mas em toda história da humanidade. Nesse sentido, nada tem sido ainda tão lúcida como é a *11ª Tese sobre Feuerbach*, afinal, se continuarmos acreditando que o limite da nossa subjetividade seja somente a interpretação do mundo de maneiras diferentes, estaremos marchando contra o próprio movimento da história: a sua transformação.

Notas para um debate necessário

Quando se enuncia na produção da História da Geografia o tema “materialidade”, qual é o problema que, na verdade, se tem em vista? Imediatamente, averiguamos que não será apenas um problema, mas um conjunto de questões e que aqui foram evidenciadas. De qualquer modo, com a enunciação do referido tema proposto — a relação entre o espaço e a materialidade, optamos por cuidar de problemas pujantes na História da Geografia e nos estudos do território, em especial.

Apresentamos neste ensaio três grupos de críticas necessárias de serem realizadas para o entendimento da concepção dada à materialidade ou à imaterialidade nos estudos geográficos no Brasil. O primeiro se refere à crítica da matéria enquanto um objeto ou uma coisa, concreto-sensorial, e, somente assim, existindo se na “materialidade” tivéssemos a sensação ou a percepção de presença ou ação direta de um objeto/coisa sobre o corpo humano. O segundo grupo de críticas pontuou a necessidade de desmascararmos nossos objetos de estudos e pesquisas das nuances que escondem o movimento do real, para melhor compreensão da matéria. E, por último, o terceiro grupo de críticas ressaltou a relação intrínseca entre a matéria e a subjetividade, desconsiderando a tese que a matéria é tão somente objetiva e não se relaciona diretamente com o pensamento e a produção da psique humana.

Ainda no diálogo com o que foi exposto, precisamos mais uma vez reforçar a crítica à abordagem plural (identificada comumente como relacional e/ou pluridimensional) na Geografia. Quem se utiliza dessa abordagem plural tenta relacionar unidades contraditórias, sendo a materialidade e a “imaterialidade” as mais citadas e explicitadas nos estudos geográficos. Para tais estudos, relacionar a materialidade com a “imaterialidade” seria o mesmo que relacionar fatores psicológicos (imateriais) com econômicos (materiais), relacionar a identidade (imaterial) com a técnica (material), a cultura (imaterial) com o trabalho (material), relacionar o mundo das sensações e das representações (imaterial) com o mundo real (material), e a abstração (imaterial) com a concretude (material), por exemplo. Entretanto, pudemos identificar que não existe no movimento do real a imaterialidade ou uma possível relação nomeada como (i)material, a não ser como uma noção ou um conceito.

O real — a matéria, na sua concreção processual, acolhe tanto a objetividade e a subjetividade, e acolhe tanto a realidade individual quanto a do coletivo. A materialidade é histórica e

dialeticamente *una* na sua multiplicidade e *múltipla* na sua unidade. Assim, é nosso objetivo reconhecer o movimento real, o desenvolvimento de relações reais, na concepção materialista e dialética da história. Até porque, defendemos que

A dialética, despida de sua forma mistificada, é “crítica e revolucionária” porque “no fluxo do movimento”, consegue apreender cada momento que o integra, não numa estaticidade (positividade) que o absolutiza e consagra, mas pelo seu lado transitório — isto é, aberto a itinerários de transformação (BARATA-MOURA, 1997, p. 124).

O que muitos pesquisadores que estudam o espaço deixam de ponderar é que as suas reflexões procuram a todo custo apartar a dialética do materialismo, retirando da materialidade qualquer possibilidade de contradição. Para estes, a realidade não suporta contradições dialéticas, mas apenas oposições, conflitos de força, relações de contrariedade. Assim, oposições sem contradição são apresentadas como contradições dialéticas. Relacionar opostos é formalizar uma abordagem relacional e/ou pluridimensional. Relacionar a ideia e a matéria se dá como uma das maiores novidades dentro de uma abordagem que está acima do engessamento marxiano de uma concepção materialista.

Entretanto, para a fração de pesquisadores defensores da (i)materialidade, em geral, o mundo é encarado como uma coleção de coisas, que são postos em movimento por efeito de alguma força metafísica ou transcendental. Estes não entendem que o movimento não está fora da própria substância das coisas, mas uma dimensão que intrinsecamente faz parte das próprias coisas em si, assim como faz parte das relações sociais, como o capital, que não é uma “coisa”, mas uma relação social, uma relação entre pessoas, que é mediada por coisas. A matéria integra constitutivamente em si o movimento, a ação, o pensamento humano, a identidade individual e coletiva, os “sistemas” de entes e de relações. Basta-nos agora reforçar o estudo das contradições, dos processos e das conexões internas e externas de relação e movimento da matéria em seu devir.

As lições aprendidas de Marx (e como Marx pode ser usado nos estudos geográficos no presente) nos ensinam que a sociedade e o espaço não são “coisas” distintas. Assim como “Marx insistia vigorosamente sobre a unidade da natureza e da História, chegando até mesmo a sugerir em sua época que virtualmente não existia mais nenhuma natureza que tenha precedido a história humana” (SMITH, 1988, p. 48), sociedade e espaço nunca realmente são separados no mundo material. A não ser no mundo intelectual, espiritual, mas isso seria um reducionismo analítico. Um dos objetivos desta pesquisa é contribuir para que sejam estabelecidos pontos de partida para bases de uma revolução conceitual com perspectivas à uma revolução material. Mas novas questões precisam ser abertas para o debate [principalmente no que tange à totalidade, por exemplo, categoria rara] ao entendimento e crítica à produção capitalista do espaço.

REFERÊNCIAS

- BARATA-MOURA, José. **Materialismo e subjetividade** – estudos em torno de Marx. Lisboa: Avante, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia Brasileira Hoje: Algumas Reflexões. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 1, n.18, p. 161-178, 2002.
- EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA** (UNESP), v. 6, p. 14-34, 2005. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>
- FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>.
- HAESBAERT, Rogério. Do copo-território ao território-corpo (da T/terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói: POSGEO-UFF, v. 22, pp. 75-90, 2020a. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>
- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Baltimore: University of Texas Press, v. 19, n. 1, pp. 141-151, 2020b. <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, sociedad y territorio**, Toluca, v. 13, n. 43, p. 805-815, set/dez 2013.
- HAESBAERT, Rogério. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB. n. 7, p. 63-92, 1990.
- HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo.2015
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2017.
- IASI, Mauro. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. Materialismo e Empirocriticismo: Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária. **Arquivo Marxista na Internet**, 1909. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>>. Acesso em: abr. 2021.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I**: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** 3 Volumes. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SERPA, Angelo. **LATECRE convida:** Angelo Serpa. Maio 2020. 3:03h. Produção do Laboratório Território, Cultura e Representações da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zoNo9KidQe0&t=3719s>

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-Modernas.** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. reimpressão, 2014.

STÁLIN, Joseph Vissarionovich. Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico. **Arquivo Marxista na Internet,** 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>. Acesso em: abr. 2021.

SOBRE OS AUTORES

Pedro Paulo de Lavor  - Doutor em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), na linha de pesquisa em Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento. Técnico-Administrativo em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de Geografia Humana e Filosofia, com ênfase em Geografia Política e Teoria e Método da Geografia.

E-mail: pedro.lavor@ufba.br

Ana Rocha dos Santos  - Licenciada (1990), bacharel (1994), mestre (1999) e doutora (2008) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, instituição na qual é professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-regionais, Política e Educação - GRUPE. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional, Geografia Política e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, descentralização, política pública, gestão do território, política educacional, formação de professores, prática docente, metodologia de ensino.

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

Data de submissão: 20 de fevereiro de 2025

Aceito para publicação: 01 de setembro de 2025

Data de publicação: 05 de outubro de 2025